Editorial
TelComp

XI Seminário TelComp 2018

13 de novembro de 2018 | São Paulo - SP
Informações e inscrições pelo e-mail telcomp@telcomp.org.br ou (11) 5533-8399

Conselheiro Anibal Diniz diz que PGMC amplia mercado para prestadoras de nicho

Em entrevista à TelComp, o conselheiro e vice-presidente da Anatel comenta os principais pontos do plano recém-aprovado

O Conselho Diretor da Anatel aprovou a nova versão do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), principal instrumento regulatório para incentivo à competição nas

TelComp: Quais são os principais avanços do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), que entrou em vigor em 23 de julho, em relação à versão original?

telecomunicações no Brasil. Ao mesmo tempo em que o novo PGMC contém várias inovações que terão impacto importante para o planejamento de investimentos, ele promove a redução de encargos regulatórios, com benefícios para todas as operadoras.

Relator da matéria, o conselheiro e vice-presidente da Anatel, Anibal Diniz, conduziu o processo e demonstrou extraordinária habilidade para o diálogo com todas as partes envolvidas, de forma que o texto apresentado foi aprovado por unanimidade com amplo reconhecimento de mérito por seus pares.

É com satisfação que a **TelComp** compartilha a entrevista exclusiva concedida pelo conselheiro Anibal Diniz, na qual ele comenta os principais aspectos do novo PGMC.

Boa leitura!

Conselheiro Anibal Diniz: Essa revisão, prevista e necessária, que conseguimos aprovar no Conselho Diretor da Anatel traz inúmeros avanços em relação à versão original. Entre eles, podemos citar a divisão dos municípios brasileiros em quatro diferentes áreas de intervenção, que fará com que a Anatel priorize sua atuação apenas nas áreas onde as assimetrias regulatórias forem mais eficazes; a criação do mercado de atacado de transporte de alta capacidade, que trará melhores condições de oferta e competição para a banda larga; o mapeamento obrigatório da infraestrutura de dutos no País como insumo crítico para o aumento da penetração dos serviços de telecomunicações; e a mudança do conceito de prestadora de pequeno porte, saltando de 50 mil assinantes para 5% do mercado nacional em cada serviço de varejo, o que significa a criação de condições regulatórias mais favoráveis para os pequenos prestadores competirem.

O que se espera a partir da criação dos novos mercados de atacado?
A Anatel espera que sejam ampliados os investimentos e a oferta de infraestrutura necessária para fazer chegar serviços de telecomunicações às regiões mais distantes do Brasil. Por exemplo, no caso do mercado de atacado de transporte de alta capacidade, espera-se que muitos pequenos provedores passem a ter acesso em condições facilitadas à infraestrutura de backbones e aos grandes pontos de troca de tráfego, viabilizando sua oferta de banda larga no varejo.

No caso do mercado de infraestrutura passiva, com o mapeamento geográfico dos dutos no Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA), espera-se reduzir a dependência dos postes das distribuidoras de energia elétrica

como principal alternativa para a passagem de fibra ótica pelas residências e comércios do país.

Como o PGMC vai contribuir para o avanço da banda larga no Brasil?
O PGMC deverá abrir e ampliar os mercados de insumos e, assim, incentivar ainda mais a operação dos pequenos provedores de internet e de prestadoras de nicho, que estão fazendo um trabalho magnífico no crescimento de pessoas conectadas à banda larga.

Pela contribuição que estão prestando, os pequenos terão todo o apoio possível do órgão regulador nas suas demandas. Uma iniciativa importante nesse sentido é a criação do Comitê de Pequenos Prestadores que está em fase de deliberação no Conselho Diretor da Anatel.

Anibal Diniz, 55, é conselheiro da Anatel desde outubro de 2015. Ele é graduado em História pela UFAC e tem MBA em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou no jornalismo entre 1984 e 1992, foi Secretário de Comunicação da Prefeitura de Rio Branco (1993-1996) e Secretário de Comunicação e assessor especial do Governo do Acre (1999-2010), Senador (PT-Acre) de 2011 a 2014. Foi relator da Comissão de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) em 2014 na CCT do Senado Federal e apresentou seis Projetos de Lei do Senado (PLS) visando à popularização da internet em banda larga no Brasil.

Que relações e sinergias se observam entre o PGMC em relação ao PERT e outras iniciativas da Anatel?
O PGMC e o PERT, duas matérias que tive a honra de relatar e vê-los aprovados por unanimidade, são trabalhos complementares da Agência com o objetivo de ampliar a presença de infraestruturas de telecomunicações por todo o país. O PGMC cumprirá este objetivo por meio da abertura de mercados de atacado e estímulo à competição nas áreas onde existir condições de oferta e demanda atraentes para a iniciativa privada.

Já o PERT, se encarregará de buscar alternativas de políticas públicas de investimento para as áreas de depressão econômica, onde não há interesse do investidor privado. E junto com o PERT nós conseguimos unificar o Conselho Diretor em defesa de uma minuta de projeto de lei que pode resultar no destravamento do FUST para aumentar os investimentos em infraestrutura de banda larga nos próximos anos.

Quais outros aspectos você destaca em relação do tema?
Gostaria de destacar a importância, no âmbito da aprovação do PGMC e do

novo conceito de prestadora de pequeno porte, de que todos os pequenos passem a reportar onde estão construindo suas redes e onde já ofertam seus acessos, principalmente de banda larga. É fundamental para o setor que as associações representativas dessas prestadoras se encarreguem desse trabalho.

Outro relevante tema para o setor, que também tive a honra de relatar, diz respeito à mudança que a Agência pretende fazer na sua forma de fiscalizar, adotando a teoria da regulação responsiva, no futuro Regulamento de Fiscalização Regulatória. Essa iniciativa tem sinergia e vínculo estreito com o PERT e o PGMC, todos contribuindo para o desenvolvimento do setor e para a inclusão digital dos muitos que ainda se encontram desconectados no Brasil.

Algumas mudanças do PGMC

- Divisão dos municípios brasileiros em quatro diferentes áreas de intervenção
- Criação do mercado de atacado de transporte de alta capacidade
- Mapeamento obrigatório da infraestrutura de dutos no País como insumo crítico para o aumento da penetração dos serviços de telecomunicações
- Mudança do conceito de prestadora de pequeno porte, saltando de 50 mil assinantes para 5% do mercado nacional em cada serviço de varejo

TelComp - Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas
Av. Iraí, 438 - cj 44 a 47 | Moema | São Paulo | SP | CEP 04082-001 | Tel +55 (11) 5533-8399

Nosso endereço de e-mail é:
editorial@telcomp.org.br

Você recebe este e-mail por ter relacionamento com a TelComp.